



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Dispõe sobre o instituto Municipal de Previdência de Portel e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTEL, ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e o Prefeito SANCIONA a seguinte Lei:

Título I

Do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Portel - PA

Capítulo I

Das Disposições Preliminares e dos Objetivos

Art. 1º Fica reorganizado, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Portel-PA - IMPP de que trata o artigo 40 da Constituição Federal - com personalidade jurídica de direito público, autarquia municipal integrante da Administração indireta do Município, com autonomia e independência, administrativa e financeira.

Art. 2º O RPPS visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades:

I – garantir meios de subsistências nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, velhice, inatividade, falecimento e reclusão; e

II – proteção à maternidade e à família.

Capítulo II

Dos Beneficiários



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Art. 3º Estão filiados ao RPPS, na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes.

Art. 4º Permanece filiado ao RPPS, na qualidade de segurado, o servidor ativo que estiver:

I – cedido para outro órgão ou entidade da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e

II – afastado ou licenciado, temporariamente, do cargo efetivo sem recebimento de subsídio ou remuneração do Município, observados os prazos previstos no artigo 68.

Art. 5º O servidor efetivo requisitado da União, de Estados, do Distrito Federal ou de outros municípios, permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

Seção I
Dos Segurados

Art. 6º São segurados do RPPS:

I – o servidor público dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo.

II – os aposentados nos cargos citados neste artigo.

§ 1º Na hipótese de acumulação remunerada, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

§ 2º O segurado aposentado que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, ou municipal filia-se ao Regime Geral de Previdência Social na condição de exercente de mandato eletivo.

Art. 7º A perda da condição de segurado do RPPS ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I – falecimento;

II – exoneração ou demissão;

III – falta de recolhimento das contribuições previdenciárias na hipótese prevista no art. 17, após os prazos constantes no art. 68.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Seção II
Dos Dependentes

Art. 8º São beneficiários do RPPS, na condição de dependente do segurado:

I – o cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;

II – os pais; e

III – o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§ 1º A dependência econômica das pessoas indicada no inciso I é presumida e das demais deve ser comprovada.

§ 2º A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subseqüentes.

§ 3º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e deste que comprovada a dependência econômica e não possuam bens suficientes para o próprio sustento e educação, o enteado e menor tutelado, exigindo-se para este último a apresentação do respectivo termo de tutela.

§ 4º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 5º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

Art. 9º A perda da qualidade de dependente, para os fins do RPPS, ocorre:

I – para o cônjuge:

a)- pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

b)- pela anulação do casamento.

II – para o companheiro ou companheira, pela cessação da união estável com o segurado, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

III – para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem vinte e um anos de idade, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior; e

IV – para os dependentes em geral;

a)- pela cessação da invalidez ou da dependência econômica;ou

b) – pelo falecimento.

Art. 10 A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo.

Art. 11 Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-las se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 1º A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção médica.

§ 2º As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

§ 3º A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

Capítulo III
Do custeio

Art. 12 Fica criado o Instituto de Previdência Social de acordo com o artigo 71 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para operar os planos de benefícios e de custeio do RPPS, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 13 São fontes do plano de custeio do Instituto de Previdência:

I – contribuição previdenciária do Município;

II – contribuição previdenciária dos segurados ativos;

III – contribuição previdenciária dos segurados aposentados e dos pensionistas;

IV – doações, subvenções e legados;



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

V – receitas decorrentes de aplicações financeiras e receitas patrimoniais;

VI – valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do g 9º do artigo 201 da Constituição Federal; e

VII – demais dotações previstas no orçamento municipal.

§ 1º - Constituem também fonte do plano de custeio do RPPS as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, II e III incidentes sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§ 2º As contribuições de que trata este artigo, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS e da taxa de administração destinada à manutenção desse Regime.

§ 3º O valor anual da taxa de administração mencionada no parágrafo anterior será de 02% (dois) do valor total da remuneração, subsídios, proventos e pensões pagos aos segurados e beneficiários deste regime no exercício financeiro anterior.

§ 4º Os recursos do instituto de Previdência Social serão depositados em conta distinta da conta do Tesouro Municipal.

§ 5º As aplicações financeiras dos recursos mencionados neste artigo atenderão as resoluções do Conselho Monetário Nacional, sendo vedada a aplicação em títulos públicos, exceto os títulos públicos federais, bem como a utilização desses recursos para empréstimos, de qualquer natureza, à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas entidades da administração indireta e aos beneficiários do regime instituído por esta lei.

Art. 14 As contribuições previdenciárias de que tratam os incisos I e II do artigo anterior serão de 11%(onze por cento), incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição.

§ 1º - Entende-se como remuneração de contribuição, o valor constituído pelo vencimento ou subsídio do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis, percebidas pelo segurado, exceto:

a)- salário-família;



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

- b)- diárias;
 - c)- ajuda de custo;
 - d)- indenização de transporte;
 - e)- adicional pela prestação de serviço extraordinário;
 - f)- adicional noturno;
 - g)- adicional de insalubridade, de periculosidade ou pelo exercício de atividades penosas;
 - h)- adicional de férias;
 - i)- auxílio-alimentação;
 - j)- auxílio pré-escolar;
 - k)- o abono de permanência de que trata o art. 54, desta lei; e
- l)- outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei.

§ 2º O segurado ativo poderá optar pela inclusão na remuneração de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento nos arts. 28, 29, 30, 31 e 50, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no §5º do art. 55.

§ 3º O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§ 4º Para o segurado em regime de acumulação remunerada de cargos, considerar-se-á, para fins do RPPS, o somatório da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

§ 5º A responsabilidade pelo desconto, recolhimento ou repasse das contribuições previstas nos incisos I, II e III do artigo 13 será do dirigente máximo do órgão ou entidade em que o segurado estiver vinculado e ocorrerá em até dois dias úteis contados da data de pagamento do subsídio, da remuneração, do abono anual e da decisão judicial ou administrativa.

§6º O Município é o responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Art. 15 A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 13 será de 11%(onze por cento) incidentes sobre a parcela dos benefícios que supere o valor do teto estabelecido pelo RGPS, que forem concedidos de acordo com os critérios estabelecidos nos arts. 28, 29, 30, 31, 41, 50 e 51.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

§1º A contribuição de que trata o parágrafo anterior incidirá também sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas aos segurados e seus dependentes que tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios com base nos critérios da legislação vigente até 31 de dezembro de 2003.

§ 2º Os valores referidos neste artigo serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 16 O plano de custeio do RPPS será revisto anualmente, com base em critérios atuariais, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

§1º O plano de custeio do RPPS será aprovado por lei anualmente, dela devendo constar obrigatoriamente o regime financeiro adotado e o respectivo cálculo atuarial.

§ 2º A avaliação da situação financeira e atuarial será realizada por profissional ou empresa de atuaria regularmente inscritos no instituto Brasileiro de Atuária.

§ 3º O Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA será encaminhado ao Ministério da Previdência Social até 31 de julho de cada Exercício.

Art. 17 O servidor afastado ou licenciado do cargo, sem remuneração ou subsídio, contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento das contribuições previdenciárias estabelecidas nos inciso II do artigo 13.

Parágrafo único - As contribuições a que se referem o *caput*, serão recolhidas diretamente pelo servidor, observado o disposto nos artigos 19 e 20.

Art. 18 O recolhimento das contribuições mencionadas nos incisos I e II do artigo 13 é de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, nos seguintes casos:

I – cedido para outro órgão ou entidade da administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e

II – investido em mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, nos termos do artigo 38 da Constituição da República, desde que o afastamento do cargo se dê com prejuízo da remuneração ou subsídio.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Parágrafo Único – Na hipótese prevista no inciso I quando houver opção do servidor pela remuneração ou subsídio do cargo efetivo, o órgão ou entidade cessionária recolherá somente a contribuição prevista no inciso I do artigo 13.

Art. 19 Nas hipóteses de que tratam os artigos 17 e 18, a remuneração de contribuição corresponderá à remuneração ou subsídio relativo ao cargo de que o segurado é titular, calculada na forma do artigo 14.

§1º Nos casos de que trata o *caput*, as contribuições previdenciárias deverão ser recolhidas até o dia quinze do mês seguinte àqueles a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia quinze.

§2º Na hipótese de alteração na remuneração de contribuição, a complementação do recolhimento de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá no mês subsequente.

Art. 20 A contribuição previdenciária recolhida ou repassada em atraso fica sujeita aos juros aplicáveis aos tributos municipais.

Art. 21 Salvo na hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições pagas para o RPPS.

Capítulo IV **Do plano de benefícios**

Art. 22 O RPPS compreende os seguintes benefícios: I – Quanto ao segurado:

- a)- aposentadoria por invalidez;
- b)- aposentadoria compulsória;
- c)- aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- d)- aposentadoria por idade;
- e)- auxílio doença;
- f)- salário-maternidade; e
- g)- salário-família.

II – Quanto ao dependente:

- a)- pensão por morte; e
- b)- auxílio-reclusão.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Seção I
Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 23 A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz de readaptação para o exercício de seu cargo e ser-lhe-á paga a partir da data do laudo médico-pericial que declarar a incapacidade e enquanto permanecer nessa condição.

§1º Os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

§ 2º Os proventos não poderão ser inferiores a 70% (setenta por cento) do valor calculado na forma estabelecida no art. 55.

§ 3º Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 4º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;

d) ato de pessoa privada do uso da razão; e

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 5º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 6º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo segundo, as seguintes: *tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida - Aids; contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; e hepatopatia.*

§ 7º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial do órgão competente.

§ 8º O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado.

§ 9º O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Seção II
Da Aposentadoria Compulsória

Art. 24 O segurado será aposentado aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 55, não podendo ser inferiores ao valor do salário mínimo.

Parágrafo único - A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

Seção III
Da Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 25 O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma prevista no art. 55, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital e municipal;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição, se mulher.

§ 1º Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se função de magistério a atividade docente do professor exercida exclusivamente em sala de aula.

Seção IV
Da Aposentadoria por Idade



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Art. 26 O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista no art. 55, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço públicos federal, estadual, distrital e municipal;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

Seção V
Do Auxílio-Doença

Art. 27 O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho por mais de quinze dias consecutivos e consistirá no valor de seu último subsídio ou sua última remuneração no cargo efetivo.

§ 1º Será concedido auxílio-doença, a pedido ou de ofício, com base em inspeção médica.

§ 2º Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido a nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.

§ 3º Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do Município o pagamento da sua remuneração.

§ 4º Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro dos sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o Município desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.

Art. 28 O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de readaptação para exercício do seu cargo deverá ser aposentado por invalidez.

Seção VI
Do Salário-Maternidade



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Art. 29 Será devido salário-maternidade à segurada gestante, por cento e vinte dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

§ 1º Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção médica.

§ 2º O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual ao último subsídio ou à última remuneração da segurada.

§ 3º Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§ 4º O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

Art. 30 À segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade pelos seguintes períodos:

§1º No caso de adoção ou guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, o período de licença será de 120 (cento e vinte) dias.

§2º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias.

§3º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias.

Seção VII
Do Salário-Família

Art. 31 Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado ativo de baixa renda que receba remuneração ou subsídio igual ou inferior àquele estabelecido pelo RGPS na proporção do número de filhos ou equiparados, nos termos do art. 8º, de até quatorze anos ou inválidos, observado o disposto no art. 37.

§ 1º O valor limite referido no *caput* será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

§ 2º O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos ou mais, se do sexo feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.

Art. 32 O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição é de:

I – R\$10,00 (dez reais), para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$390,00;

II – R\$07,05 (sete reais e cinco centavos), para o segurado com remuneração mensal superior a R\$390,00 (trezentos e noventa reais) e igual ou inferior a R\$586,19 (quinhentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos).

Art. 33 Quando pai e mãe forem segurados do RPPS, somente um terá direito ao salário-família.

Parágrafo único. Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do pátrio-poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor.

Art. 34 O pagamento do salário-família está condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado.

Art. 35 O salário-família não se incorporará ao subsídio, à remuneração ou ao benefício para qualquer efeito.

Seção VIII
Da Pensão por Morte

Art. 36 A pensão por morte consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto dos dependentes do segurado, definidos nos arts. 8º, quando do seu falecimento, correspondente à:

I – totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o valor de R\$ 2.508,72 (dois mil, quinhentos e oito reais e setenta e dois centavos), acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite; ou



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

II – totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o valor de R\$ 2.508,72 (dois mil, quinhentos e oito reais e setenta e dois centavos), acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.

§ 1º Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I – sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 2º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

§3º Os valores referidos neste artigo serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 37 A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I – do dia do óbito;

II – da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

III – da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 38 A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 1º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.

§ 2º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

Art. 39 O pensionista de que trata o § 1º do art. 41 deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao gestor do FPS o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Art. 40 A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observado o disposto no art. 63.

Art. 41 Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até duas pensões no âmbito do RPPS, exceto a pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira que só será permitida a percepção de uma, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

§1º A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência econômica.

§2º A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão.

§3º Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Art. 42 A cota da pensão será extinta:

I – pela morte;

II – para o pensionista menor de idade, ao completar 21 (vinte e um) anos, salvo, se inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior.

III – pela cessação da invalidez.

Seção IX
Do Auxílio-Reclusão

Art. 43 O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal, concedida aos dependentes do servidor segurado de baixa renda recolhido à prisão que tenha remuneração ou subsídio igual ou inferior àquele estipulado pelo RGPS, que não perceber remuneração dos cofres públicos e corresponderá à última remuneração do segurado no cargo efetivo.

§ 1º O valor limite referido no *caput* será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

§ 2º O auxilia-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

§ 3º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.

§ 4º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 5º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento do subsídio ou da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e

II – certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 6º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao FPS pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 7º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 8º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

CAPÍTULO V
Do Abono Anual

Art. 44 O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio – reclusão, salário-maternidade ou auxílio-doença pagos pelo FPS.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Parágrafo único. O abono de que trata o *caput* será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo Instituto de Previdência, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

CAPÍTULO VI
Das Regras Especiais e de Transição

Art. 45 Ao segurado do RPPS que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 16 de dezembro de 1998, será facultada sua aposentadoria com proventos calculados de acordo com o art. 55 quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinqüenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 30 e § 1º, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

§ 2º O segurado professor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério na União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º Às aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustadas de acordo com o disposto no art. 56.

Art. 46 Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 30, ou pelas regras estabelecidas pelo art. 50, o segurado do RPPS que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no g1º do art. 30, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I – sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;

II – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III – vinte anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital e municipal;

IV – dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, na forma da lei, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Art. 47 É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constitucional Federal.

Parágrafo único - Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 48 Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos segurados do RPPS, em fruição em 31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 52, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, na forma da lei, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

CAPÍTULO VII
Do Abono de Permanência

Art. 49 O segurado ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos arts. 30 e 50 e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 29.

§ 1º O abono previsto no *caput* será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente, como previsto no art. 52, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos, se homem.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

§ 2º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do Município e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício, mediante opção expressa pela permanência em atividade, não se lhe aplicando o disposto no art. 67.

CAPÍTULO VIII

Das Regras de Cálculo dos Proventos e Reajuste dos Benefícios

Art. 50 No cálculo dos proventos das aposentadorias referidas nos arts. 28, 29, 30, 31 e 50 será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações ou subsídios, utilizados como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§1º As remunerações ou subsídios considerados no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 2º A base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio.

§ 3º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público.

§ 4º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do g 1º deste artigo, não poderão ser:

I – inferiores ao valor do salário-mínimo;

II – superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

§ 5º Os proventos, calculados de acordo com o caput deste artigo, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, observado o disposto no art. 57.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

§ 6º Para o cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada a fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais.

§ 7º Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto no g 6º serão considerados em número de dias.

Art. 51 - Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que tratam os arts. 28, 29, 30, 31, 41 e 50 serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social, de acordo com a variação integral do *Índice Nacional de Pregos ao Consumidor – INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.*

Capítulo IX

Das Disposições Gerais Sobre os Benefícios

Art. 52 É vedada a inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou do abono de permanência de que trata o art. 54.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados conforme art. 55, respeitado, em qualquer hipótese, o limite previsto no g 5º do citado artigo.

Art. 53 Ressalvado o disposto nos arts. 28 e 29, a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

Art. 54 A vedação prevista no g 10 do art. 37, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art. 55 Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Art. 56 Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 57 Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do RPPS.

Art. 58 Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo RPPS, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 59 O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente da sua idade, deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se anualmente a exame médico a cargo do órgão competente.

Art. 60 Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário.

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

- I – ausência, na forma da lei civil;
- II - moléstia contagiosa; ou
- III – impossibilidade de locomoção.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda de seis meses, renováveis.

§ 3º O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da lei.

Art. 61 Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

- I - a contribuição prevista no inciso II e III do art. 13;



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

- II – o valor devido pelo beneficiário ao Município;
- III - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo RPPS;
- IV - o imposto de renda retido na fonte;
- V - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e
- VI - as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários.

Art. 62 Salvo em caso de divisão entre aqueles que a ele fizerem jus e na hipótese dos arts. 36 a 40, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior a um salário-mínimo.

Art. 63 Na hipótese do inciso 11 do art. 4º, o servidor mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuição, até doze meses após a cessação das contribuições.

Parágrafo único. O prazo a que se refere o *caput* será prorrogado por mais doze meses, caso o servidor tenha tempo de contribuição igual ou superior a cento e vinte meses.

Art. 64 Concedida a aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas.

Parágrafo único. Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas as medidas jurídicas pertinentes.

Art. 65 É vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, Estado, Distrito Federal ou outro Município.

Capítulo X
Do Registro Contábil

Art. 66 O RPPS observará as normas de contabilidade, fixadas pelo órgão competente da União.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Art. 67 O Município encaminhará ao Ministério da Previdência Social, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do ano civil, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e seu regulamento, os seguintes documentos:

I - Demonstrativo das Receitas e Despesas do RPPS;

II – Comprovante mensal do repasse ao RPPS das contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados, correspondentes às alíquotas fixadas no arts. 14 e 15; e

III – Demonstrativo Financeiro relativo às aplicações do RPPS.

Art. 68 Será mantido registro individualizado para cada segurado que conterà:

I - nome;

II - matrícula;

III - remuneração de contribuição, mês a mês;

IV - valores mensais e acumulados da contribuição do servidor; e

V – valores mensais e acumulados da contribuição do município

§ 1º Ao segurado serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado, mediante extrato anual de prestação de contas, relativos ao exercício financeiro anterior.

§ 2º O registro cadastral individualizado será consolidado para fins contábeis.

I - nome;

II - matrícula;

III - remuneração de contribuição, ou subsídio mês a mês;

IV - valores das contribuições previdenciárias mensais e das acumuladas nos meses anteriores do segurado e do Município, suas autarquias e fundações;



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Parágrafo único. Ao segurado será disponibilizado por meio eletrônico, extrato previdenciário contendo as informações previstas neste artigo.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IMPP

CAPÍTULO I
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 69 O **IMPP** terá a seguinte estrutura administrativa:
Conselho Gestor;
Conselho Fiscal;
Diretoria Executiva; e,
Junta de Recursos.

Seção I
Do Conselho Gestor do RPPS

Art. 70 – Fica organizado o Conselho Gestor, órgão superior de deliberação colegiada, com a seguinte composição:

- I – três representantes do Poder Executivo;
- II – um representante do Poder Legislativo;
- III – um representante dos servidores ativos; e
- IV – um representante dos inativos e pensionistas.
- V – um representante do IMPP

§ 1º Cada membro terá um suplente e serão nomeados pelo Prefeito, para um mandato de dois anos, admitida uma única recondução.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

§ 2º Os representantes do Executivo e do Legislativo e do serão indicados pelos próprios poderes, o representante do IMPP será indicado por seu Presidente e os representantes dos servidores, dos inativos e pensionistas, pelos sindicatos ou associações correspondentes, ou na falta destes, por escolha de seus representantes.

§ 3º Entre os membros será escolhido o Presidente, eleito pelos seus pares.

§ 4º Os membros do Conselho não serão destituíveis *ad nutum*, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas no mesmo ano.

§ 5º A função de Conselheiro Gestor não será remunerada, devendo ser desempenhada no horário compatível com o expediente normal de trabalho.

Sub-Seção I **Do Funcionamento do Conselho Gestor**

Art. 71 O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, em sessões trimestrais e, extraordinariamente, quando convocado por, pelo menos, três de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias.

Parágrafo Único – Das reuniões do Conselho, serão lavradas atas em livro próprio.

Art. 72 As decisões do Conselho serão tomadas por maioria, exigido o *quorum* de quatro membros.

Art. 73 Incumbirá à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira – SEGAF, proporcionar ao Conselho de Previdência Social os meios necessários ao exercício de suas competências.

Sub-Seção II **Da Competência do Conselho Gestor**

Art. 74 – Compete ao Conselho:

- I – estabelecer e normatizar as diretrizes gerais do RPPS;
- II – apreciar e aprovar a proposta orçamentária do RPPS;



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

III – organizar e definir a estrutura administrativa, financeira e técnica do Instituto de Previdência Social e deliberar sobre seu Regimento Interno;

IV – conceber, acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do RPPS;

V – examinar e emitir parecer conclusivo sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município;

VI – autorizar a contratação de empresas especializadas para a realização de auditorias contábeis e estudos atuariais ou financeiros;

VII – autorizar a alienação de bens imóveis pelo Instituto de Previdência e o gravame daqueles já integrantes de seu patrimônio;

VIII – aprovar a contratação de agentes financeiros, bem como a celebração de contratos, convênios e ajustes pelo instituto de Previdência;

IX – deliberar sobre a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;

X – adotar as providências cabíveis para a correção de atas e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do instituto de Previdência;

XI – acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao RPPS;

XII – apreciar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas;

XIII – solicitar a elaboração de estudos e pareceres técnicos relativos a aspectos atuariais, jurídicos, financeiros e organizacionais relativos a assuntos de sua competência;

XIV – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao RPPS, nas matérias de sua competência; e

XV – deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao RPPS.

Seção II – Do Conselho Fiscal



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Art. 75 O Conselho Fiscal do IMPP terá a composição de seus membros de forma idêntica ao Conselho Gestor, preconizada pelos incisos I a V do artigo 70 desta Lei.

§ 1º - Os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si o seu presidente, em sua primeira reunião ordinária após sua posse.

§ 2º - O mandato dos membros designados ou eleitos será de 04 (quatro) anos, sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

§ 3º - Será firmado Termo de Posse dos Conselheiros.

§ 4º - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada três meses, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria simples de voto.

§ 5º - A função de Conselheiro Fiscal não será remunerada, devendo ser desempenhada no horário compatível com o expediente normal de trabalho.

§ 6º - O Conselheiro que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

§ 7º - O Presidente do Conselho Fiscal terá voz e voto de desempate;

§ 8º - Os membros do Conselho Fiscal deverão ser contribuintes ou beneficiários do IMPP.

§ 9º - As deliberações do Conselho Fiscal serão lavradas em Livro de Atas.

§ 10º - As convocações ordinárias e extraordinárias do Conselho Fiscal serão feitas por escrito.

Art. 76 Compete ao Conselho Fiscal:

I - Acompanhar a organização dos serviços técnicos e a admissão do pessoal;

II - Acompanhar a execução orçamentária do IMPP, conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;

III - Examinar as prestações efetivadas pelo IMPP aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

IV - Proceder, em face dos documentos de receita e despesa, a verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos, para encaminhamento ao Conselho Gestor;

V - Encaminhar ao Prefeito Municipal, anualmente, até o mês de março, com o seu parecer técnico, o relatório do exercício anterior da Diretoria Executiva, o balanço anual e o inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios prestados;

VI - Requisitar à Diretoria Executiva e ao Presidente do Conselho Gestor as informações e diligências que julgar convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-los para correção de irregularidades verificadas e exigir as providências de regularização;

VII - Propor ao Presidente da Diretoria Executiva do IMPP as medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e transparência da administração do mesmo;

VIII - Acompanhar o recolhimento mensal das contribuições para que sejam efetuadas no prazo legal e notificar e interceder junto ao Prefeito Municipal e demais titulares de órgãos filiados ao Sistema Municipal, na ocorrência de irregularidades, alertando-os para os riscos envolvidos, denunciando e exigindo as providências de regularização;

IX - Proceder à verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos e atestar a sua correção ou denunciando irregularidades constatadas e exigindo as regularizações;

X – Examinar e dar parecer prévio nos Contratos, Acordos e Convênios a serem celebrados pelo **IMPP**, por solicitação da Diretoria Executiva;

XI - Pronunciar-se sobre a alienação de bens imóveis do **IMPP**;

XII - Acompanhar a aplicação das reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei, notadamente no que concerne à observância dos critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, e de limites máximos de concentração dos recursos;

XIII - Proceder aos demais atos necessários à fiscalização do IMPP, bem como da gestão do Regime Próprio de Previdência do Município de Portel.

PARÁGRAFO ÚNICO – Compete a todos os membros do Conselho Fiscal, individualmente, o direito de exercer fiscalização dos serviços do IMPP, não lhes sendo permitido envolver-se na direção e administração do mesmo.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Seção III – Da Diretoria Executiva

Art. 77 A Diretoria Executiva do IMPP será composta de um Presidente, um Diretor de Tesouraria e um Diretor de Benefícios.

§ 1º - Ficam criados os cargos em Comissão de Presidente, Diretor de Tesouraria e Diretor de Benefícios, de livre nomeação do Prefeito Municipal, através de Decreto dentre cidadãos com qualificação necessária e ilibada reputação.

§ 2º - O Presidente do IMPP perceberá vencimentos e vantagens correspondentes ao de Secretário Municipal.

§ 3º - Os cargos de Diretor de Tesouraria e de Benefício perceberão vencimentos e vantagens correspondentes ao de Tesoureiro e de Diretor de Fundo da Administração Municipal, respectivamente.

§ 4º - As deliberações da Diretoria Executiva serão registradas em Livro de Atas.

§ 5º - Será firmado Termo de Posse dos Diretores nomeados.

Art. 78 Compete ao Presidente:

I - Representar o IMPP em juízo ou fora dele;

II - Superintender e exercer a Administração Geral do **IMPP** e presidir o Colegiado da Diretoria Executiva;

III - Autorizar, conjuntamente com o Diretor de Tesouraria, as aplicações e investimentos efetuados, atendido o Plano de Aplicações e Investimentos;

IV - Celebrar, em nome do **IMPP** em conjunto com o Diretor de Tesouraria, os Contratos de Gestão e suas alterações, e as contratações em todas as suas modalidades, inclusive de prestação de serviços por terceiros;

V - Praticar, conjuntamente com o Diretor de Benefícios, os atos relativos à concessão dos benefícios previdenciários previstos nesta Lei;

VI - Elaborar em conjunto com o Diretor de Tesouraria, a proposta orçamentária anual do IMPP, bem como as suas alterações;



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

VII - Organizar o quadro de pessoal de acordo com o orçamento aprovado;

VIII – Propor o preenchimento das vagas do quadro de pessoal, mediante Concurso Público ou contratação temporária na forma da Constituição Federal;

IX - Expedir instruções, ordens de serviços e portarias para o bom e fiel desempenho das atividades internas do Instituto;

X - Organizar, em conjunto com o Diretor de Benefícios, os serviços de Prestação Previdenciária do **IMPP**;

XI - Assinar e assumir, em conjunto com o Diretor de Tesouraria os documentos e valores do IMPP e responder juridicamente pelos atos e fatos de interesse do **IMPP**;

XII - Assinar, em conjunto com o Diretor de Tesouraria, todos os atos administrativos referente a contratos, cheques, requisições junto às instituições financeiras e demais documentos contábeis do **IMPP**;

XIII - Encaminhar, para deliberação, as contas anuais da Instituição para o Conselho Gestor e para o Tribunal de Contas dos Municípios, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal;

XIV - Propor, em conjunto com o Diretor de Tesouraria, a contratação de Administradores de Carteiras de investimentos do **IMPP** dentre as instituições especializadas do mercado, de Consultores Técnicos Especializados e outros serviços de interesse;

XV - Submeter ao Conselho Gestor e ao Conselho Fiscal os assuntos a eles pertinentes e facilitar o acesso de seus membros para o desempenho de suas atribuições;

XVI - Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Conselhos Administrativo e Fiscal;

XV11 - Praticar os demais atos atribuídos por esta Lei como de sua competência.

Art. 79 Compete ao Diretor de Tesouraria:

I - Manter o serviço de protocolo, expediente, arquivo, bem como, baixar ordens de serviços relacionados com aspecto financeiro;

II - Elaborar os contratos, termos, editais e licitações;



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

III - Supervisionar o serviço de relações públicas e os de natureza interna;

IV - Assinar juntamente com o Presidente, todos os atas administrativos referentes à contrato, cheques, requisições junto às instituições financeiras, bem como os demais documentos contábeis;

V - Cuidar para que até o décimo dia útil de cada mês, sejam fornecidos os informes necessários à elaboração do balancete do mês anterior;

VI - Manter a contabilidade financeira, econômica e patrimonial, em sistemas adequados e sempre atualizados, elaborando balancetes e balanços, além de demonstrativos das atividades econômicas deste instituto;

VII - Promover a arrecadação, registro e guarda de rendas e quaisquer valores devidos ao IMPP, e dar publicidade da movimentação financeira;

VIII - Elaborar orçamento anual e plurianual de investimentos, bem como todas as resoluções atinentes à matéria orçamentária ou financeira e o acompanhamento da respectiva execução;

IX - Apresentar periodicamente os quadros e dados estatísticos que permitam o acompanhamento das tendências orçamentárias e financeiras para o exercício;

X - Providenciar a abertura de créditos adicionais, quando houver necessidade;

XI - Efetuar tomada de caixa, em conjunto com os demais membros da Diretoria;

XII – Supervisionar o Setor de Compras, Almoxarifado e Patrimônio do **IMPP**, através de sistema próprio, verificando periodicamente os estoques, bem como o controle e conservação de material permanente;

XIII - Manter os serviços relacionados com a aquisição, recebimento, guarda e controle, bem como fiscalização do consumo de material, primando pela economia;

XIV - As ações de gestão orçamentária de planejamento financeiro, os recebimentos e pagamentos, os assuntos relativos à área contábil, as aplicações em investimentos em conjunto com o Presidente e deliberado pelo Conselho Gestor e o gerenciamento dos bens pertencentes ao **IMPP**, velando por sua integridade.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

XV - Manter controle sobre a guarda dos valores, títulos e disponibilidades financeiras e demais documentos que integram o Patrimônio do IMPP;

XVI - Proceder a contabilização das receitas, despesas, fundos e provisões do IWPP, dentro dos critérios contábeis aplicados à administração pública. e expedir os balancetes mensais, o balanço anual e as demais demonstrações contábeis;

XVII – Prover recursos para o pagamento da folha mensal de benefícios e da folha de pagamento dos salários dos funcionários do IMPP;

XVIII - integrar o Colegiado da Diretoria Executiva nas deliberações operacionais do IMIPP;

XIX - Substituir o Presidente em seus impedimentos eventuais.

Art. 80 Compete ao Diretor de Benefícios:

I - Manter atualizado o cadastro dos servidores segurados do Instituto, em gozo de benefício, e de seus dependentes, tanto da Prefeitura, da Câmara Municipal e demais órgãos empregadores municipais vinculados **IMPP**;

II - Assinar, juntamente com o Presidente, todos os atos administrativos referentes à admissão, demissão, dispensa, licença, férias e afastamento dos serviços da autarquia;

III - Providenciar o cálculo da folha mensal dos benefícios a serem pagos pelo **IMPP** aos segurados e dependentes, de acordo com os dispositivos legais;

IV - Responder pela exatidão das carências e demais condições exigidas para a concessão de quaisquer benefícios aos segurados que o requererem;

V - Proceder o atendimento e a orientação aos segurados quanto aos seus direitos e deveres para com o **IMPP**;

VI - Substituir, no que couber, o Diretor de Tesouraria em seus impedimentos eventuais;

VII - Proceder ao levantamento estatístico de benefícios concedidos e a conceder;

VIII - Propor a contratação de Atuário para proceder as revisões atuariais do Sistema Previdenciário Municipal;



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

IX – Integrar o Colegiado da Diretoria Executiva em suas deliberações operacionais;

X - Proceder o atendimento dos integrantes dos demais órgãos Colegiados da Estrutura Administrativa do IMPP.

Art. 81 O **IMPP**, para a execução de seus serviços, poderá ter pessoal requisitado da municipalidade, dentre os seus servidores, os quais serão colocados à sua disposição com todos os seus direitos e vantagens asseguradas, garantias e deveres previstos em Lei, não podendo perceber remuneração adicional.

Seção IV – Da Junta de Recursos

Art. 82 A Junta de Recursos do **IMPP** terá a composição de seus membros de forma idêntica ao Conselho Gestor e Fiscal, preconizada pelos incisos I a V do artigo 70 desta Lei.

§ 1º - Na primeira reunião ordinária após a posse os membros da Junta de Recursos elegerão entre si o seu Presidente.

§ 2º - O membro que, injustificadamente, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto, assumindo o seu suplente.

§ 3º - A função de Membro da Junta de Recursos não será remunerada, devendo ser desempenhada no horário compatível com o expediente normal de trabalho.

§ 4º - O mandato dos membros da Junta de Recursos será de 04 (quatro) anos, sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

§ 5º - O Presidente da Junta de Recursos terá voz e voto de desempate.

§ 6º - As deliberações da Junta de Recursos serão lavradas em Livro de Atas.

§ 7º - Os membros da Junta de Recursos deverão ser contribuintes ou beneficiários do **IMPP**, com exceção dos representantes da Sociedade Civil.

Art. 83 Cabe a Junta de Recursos julgar, em última instância, recursos dos Servidores Municipais que se sentirem prejudicados nos seus direitos, por atos da Diretoria Executiva do **IMPP** e dar parecer a consultas formuladas pela



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Diretoria Executiva, sendo suas decisões lavradas em Atas que serão encaminhadas ao Presidente do **IMPP**, que as acatará.

CAPÍTULO II

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 84 O exercício social terá duração de 01 (um) ano, encerrando-se em 31 de dezembro.

Art. 85 Caberá ao Presidente e ao Diretor de Tesouraria a administração e gestão do **IMPP**, ouvido o Conselho Gestor.

Art. 86 Os recursos a serem despendidos pelo **IMPP**, a título de Despesas Administrativas e de Custeio de seu funcionamento, não poderão, em hipótese alguma, exceder o percentual fixado em lei.

Art. 87 O **IMPP** deverá manter os seus registros contábeis próprios, em Plano de Contas, que espelhe com fidedignidade a sua situação econômico-financeira e patrimonial de cada exercício, evidenciando, ainda, as despesas e receitas previdenciárias, assistenciais, patrimoniais, financeiras e administrativas, além de sua situação ativa e passiva, respeitado o que dispõe a legislação vigente.

Art. 88 O **IMPP**, na condição de Autarquia Municipal, prestará contas anualmente ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, respondendo seus gestores pelo fiel desempenho de suas atribuições e mandatos, na forma da Lei.

Art. 89 Os servidores públicos titulares de cargo efetivo do **IMPP** também se encontram amparados pela presente Lei, devendo o **IMPP**, na condição de empregador, enquadrar-se como tal no cumprimento de seus deveres, inclusive quanto ao recolhimento das contribuições mensais.

Art. 90 O **IMPP** poderá, anualmente, no mês de janeiro de cada ano, contratar empresa de consultoria econômica, para avaliação da carteira de ativos, e a qual compete apresentar relatório amplo e circunstanciado de suas conclusões, para avaliação pelos Conselhos Administrativo e Fiscal, Diretoria Executiva, Executivo, Legislativo Municipal e Tribunal de Contas do Estado, o qual deverá integrar o processo de prestação de contas anual do **IMPP**.

Art. 91 A Diretoria Executiva do **IMPP** deverá contratar empresa de assessoria atuarial, devidamente habilitada, para proceder às reavaliações atuariais de seus fundos e reservas matemáticas, no sentido de avaliar a sua situação



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

econômico-financeira e o equilíbrio atuarial de seus ativos e passivos, emitindo relatório circunstanciado das providências necessárias à preservação do IMIPP e de sua perenização ao longo dos tempos.

Art. 92 É vedado ao **IMPP** atuar como instituição financeira, conceder empréstimo, aval, aceite, bem como prestar fiança, ou obrigar-se de favor por qualquer outra forma.

Art. 93 Nenhum servidor do **IMPP** será colocado à disposição de outro órgão, com ônus para o referido **IMPP**.

Art. 94 O **IMPP**, para execução de seus serviços, terá pessoal cedido pela Municipalidade, dentre os servidores do seu quadro, com todos os seus direitos e vantagens assegurados, garantias e deveres previstos na lei.

TÍTULO III
Disposições Gerais e Finais

Art. 95 O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao órgão gestor do instituto de Previdência, relação nominal dos segurados e seus dependentes, valores de subsídios, remunerações e contribuições respectivas.

Art. 96 O Município poderá, por lei específica de iniciativa do respectivo Poder Executivo, instituir regime de previdência complementar para os seus servidores titulares de cargo efetivo, observado o disposto no art. 202 da Constituição Federal, no que couber, por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerá aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 1º Somente após a aprovação da lei de que trata o *caput*, o município poderá fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo RPPS, o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS de que trata o art. 201 da Constituição Federal.

§ 2º Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto neste artigo poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.



Governo Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL
COMPROMISSO E CIDADANIA

LEI N°701, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2005.

Art. 97 As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de recursos previstos no orçamento vigente, ficando o Prefeito Municipal autorizado a abrir por Decreto Municipal, crédito especial ou suplementar, caso necessário.

Art. 98 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 99 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Portel, 07 de fevereiro de 2005.



Pedro Rodrigues Barbosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, aos 07 de fevereiro de 2005.



Benedito Rodrigues Barboza
Secretário Municipal